

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PESO DA RÉGUA

Aviso de contumácia n.º 443/2006 — AP. — A Dr.ª Patrícia Neves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Peso da Régua, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 169/03.2GBPRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Rusiah Shperun, de nacionalidade ucraniana, nascido em 15 de Maio de 1981, titular do passaporte n.º AT587772, com domicílio em Barro, 4660 Resende, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, praticado em 4 de Maio de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Patrícia Neves*. — A Oficial de Justiça, *Maria Emília Rodrigues Ventura*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Aviso de contumácia n.º 444/2006 — AP. — A Dr.ª Rosa Maria Cardoso Saraiva, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (Tribunal, Singular) n.º 408/93.6TBPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto da Piedade Tomás, filho de Domingos Tomás e de Emília da Piedade, natural de Portugal, nascido em 14 de Fevereiro de 1959, titular do bilhete de identidade n.º 7978314, com domicílio no Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra, Praceta João Paulo II, 3100-452 Coimbra, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, revogado pelo 218.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 25 de Agosto de 1992, por despacho de 9 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

9 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Rosa Maria Cardoso Saraiva*. — O Oficial de Justiça, *José Cordeiro Vintém*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Aviso de contumácia n.º 445/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Teixeira Cruz, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 264/98.8GBPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Rui Jorge da Mota Cravo, filho de Aníbal Cravo e de Maria Ribeiro da Mota, natural de Pombal, Mata Mourisca, Pombal, de nacionalidade portuguesa, nascido em 14 de Outubro de 1965, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 9969232, com domicílio na Rua da Base Aérea, 5, 1.º direito, 2425 Monte Real, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 10 de Maio de 1998, um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 10 de Maio de 1998, por despacho de 23 de Setembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

2 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Ana Teixeira Cruz*. — A Oficial de Justiça, *Maria de Fátima R. G. Covas*.

Aviso de contumácia n.º 446/2006 — AP. — A Dr.ª Maria João Roxo Velez, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 19/03.0IDPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Emanuel António Andrade Ferreira, filho de Carlos Gonçalves Ferreira e de Maria das Dores Magalhães de Andrade, natural de Fafe, nascido em 24 de Dezembro de 1967, casado, titular da identificação fis-

cal n.º 189627565 e do bilhete de identidade n.º 8126917, com domicílio na Rua do Marco, 1, Meirinhas, 3100 Pombal, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelo artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 20-A/90 e Decreto-Lei n.º 394/93, de 24 de Novembro, praticado em 1 de Janeiro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 24 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria João Roxo Velez*. — A Oficial de Justiça, *Manuela Costa*.

Aviso de contumácia n.º 447/2006 — AP. — A Dr.ª Maria João Roxo Velez, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Pombal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 861/00.3TBPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Miguel Silva Marques Oliveira, filho de José Marques de Oliveira e de Estrela Silva Gaspar Marques, natural de Figueira da Foz, São Julião da Figueira da Foz, Figueira da Foz, nascido em 4 de Agosto de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12076531, com domicílio na Rua da Lagoa, Marinha das Ondas, 3080 Figueira da Foz, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 21 de Fevereiro de 1995, por despacho de 14 de Outubro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

10 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria João Roxo Velez*. — A Oficial de Justiça, *Manuela Costa*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTA DELGADA

Aviso de contumácia n.º 448/2006 — AP. — A Dr.ª Maria de Fátima Morgado, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponta Delgada, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 486/03.1TAPDL, pendente neste Tribunal contra a arguida Gorete Maria de Jesus dos Santos, filha de Rui Alberto dos Santos e de Maria Carminda de Jesus, natural de Guiné-Bissau, nascida em 3 de Junho de 1980, titular do bilhete de identidade n.º 12651421, com domicílio conhecida na Rua Sousa Pinto, 4, rés-do-chão esquerdo, Monte Abraão, Sintra, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, artigos 21.º, n.º 1, e 24.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi o mesmo declarado contumaz, em 9 de Novembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

9 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Morgado*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Silva*.

Aviso de contumácia n.º 449/2006 — AP. — A Dr.ª Maria de Fátima Morgado, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponta Delgada, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 42/00.6TAPDL, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria de Fátima Aguiar Rebelo, filha de José Luís

Rebello e de Maria da Conceição Aguiar, natural de São José, Ponta Delgada, de nacionalidade portuguesa, nascida em 15 de Setembro de 1962, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 10685678, com domicílio na Rua Direita da Atalhada, 98-A, 9560 Lagoa, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelos artigos 292.º e 69.º, alínea a), do Código Penal, praticado em 7 de Janeiro de 2000, por despacho de 15 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

9 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Morgado*. — A Oficial de Justiça, *Ana Gomes*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA

Aviso de contumácia n.º 450/2006 — AP. — O Dr. João Miguel Vieira de Sousa, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima, faz saber que, no processo abreviado n.º 186/04.5GAPTL, pendente neste Tribunal contra o arguido José Manuel Martins Valério, filho de José dos Santos Valério e de Guilhermina Ferreira Martins Valério, de nacionalidade portuguesa, nascido em 20 de Dezembro de 1976, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11995949, com domicílio na Casa 1, rés-do-chão, Rua do Couteiro, Lomar, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de detenção ilegal de arma, previsto e punido pelo artigo 6.º, da Lei n.º 22/97, de 27 de Junho, por despacho de 7 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

9 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *João Miguel Vieira de Sousa*. — A Oficial de Justiça, *Teresa Saraiva*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA

Aviso de contumácia n.º 451/2006 — AP. — O Dr. João Augusto M. Castanho, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1139/05.1TBPTL, pendente neste Tribunal contra os arguidos João Paulo da Silva do Vale, filho de João Maria do Vale Loureiro e de Maria da Purificação Gonçalves da Silva, natural de Ponte de Lima, de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Fevereiro de 1977, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11367153, com domicílio na Rua Cónego Manuel José Barbosa Correia, bloco 2, 2.º direito, 4990 Ponte de Lima e Francisco José Ribeiro Vaz, filho de Francisco Lopes Vaz e de Maria de Fátima Dias Ribeiro, natural de Avançada, Estarreja, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Novembro de 1986, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13450501, com domicílio na Rua General Norton de Matos, 66, 1.º, 4990 Ponte de Lima, por se encontrarem acusados da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, foram os mesmos declarados contumazes, em 2 de Novembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

3 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *João Augusto M. Castanho*. — A Oficial de Justiça, *Guiomar Leones*.

Aviso de contumácia n.º 452/2006 — AP. — O Dr. João Augusto M. Castanho, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima, faz saber que, no processo abreviado, n.º 219/05.8GTVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido Naceur Rebroub, filho de Moamed e de Zaara, de nacionalidade

nigeriana, nascido em 1 de Janeiro de 1965, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 1179448-P, com domicílio na Jesus Fernandez Duro, 17-A, La Feloueira, 33930 Astúrias, Espanha, por se encontrar acusado da prática do crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 24 de Abril de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 31 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

3 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *João Augusto M. Castanho*. — A Oficial de Justiça, *Orinda Guedes*.

Aviso de contumácia n.º 453/2006 — AP. — O Dr. João Augusto M. Castanho, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1139/05.1TBPTL, pendente neste Tribunal contra o arguido Francisco José Ribeiro Vaz, filho de Francisco Lopes Vaz e de Maria de Fátima Dias Ribeiro, natural de Avançada, Estarreja, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Novembro de 1986, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13450501, com domicílio na Rua General Norton de Matos, 66, 2.º, 4990 Ponte de Lima, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, praticado em 16 de Maio de 2004, por despacho de 14 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

14 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *João Augusto M. Castanho*. — O Oficial de Justiça, *Luís Valente*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 454/2005 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria S. Malheiro, juíza de direito da 2.ª Secção do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 98/00.1JAPRT, (ex. processo n.º 352/00), pendente neste Tribunal contra o arguido Sérgio Cantarino de Carvalho Guerra de Almeida, filho de Avelino Guerra de Almeida e de Maria Manuela Cantarino de Carvalho Guerra de Almeida, natural de Mafamude, Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Maio de 1973, solteiro, com domicílio na Rua Mouzinho de Albuquerque, 655, Habitação 308, Matosinhos, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, por despacho de 24 de Outubro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido extinto o procedimento criminal por despenalização.

25 de Outubro de 2005. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria S. Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Elisabeth Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 455/2006 — AP. — O Dr. Carlos da Cunha Coutinho, juiz de direito da 3.ª Secção do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca do Porto, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 104/03.8IDPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Daniel Augusto Spencer Rodrigues Pessoa Barbosa, filho de Sérvulo Centeio Barbosa e de Ana Spencer Rodrigues Barbosa, natural de Cabo Verde, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Abril de 1971, titular da identificação fiscal n.º 202418308 e do bilhete de identidade n.º 12377366, com domicílio na Rua Antero de Quental, lote 890, D, Fernão Ferro, 2865-607 Seixal, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 20-A/90 e Decreto-Lei n.º 394/93, de 24 de No-